

EDITORIAL

“AMANHÃ HÁ DE SER UM OUTRO DIA!”

A um só tempo, honrada e triste inicio este editorial. Honrada pelo convite que me foi feito pela Comissão Editorial desta Revista para realizar uma chamada que se concretiza neste número 3 de seu 18º ano.

Triste e pesarosa pela partida precoce, em 19 de agosto desse ano, de nosso amigo e colega Rodrigo Ferreira Simões, presidente da ANPUR, eleito em maio de 2015, para o período 2015-2017. Conheci Rodrigo Simões na ANPUR. Juntos compusemos o Conselho Fiscal durante a gestão de Leila Christina Duarte Dias (2009-2011). Depois, Rodrigo Simões contribuiu efetivamente para a realização de diversas atividades significativas durante minha gestão (2011-2013), com uma ativa colaboração na participação da ANPUR na realização da II Conferência do Desenvolvimento (2012), e como representante da ANPUR na Comissão da Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional (2012), em Brasília. Seu jeito gaiato, sua paixão pelo Atlético Mineiro, seu amor por Inácio e Teresa, sua alegria contagiante e intensa, suas intervenções críticas, argutas e engajadas, deixaram saudades e também marcaram todos que com ele trabalharam e conviveram. De certa forma, ele, assim como outros amigos, colegas e companheiros que nos deixaram nesses últimos cinco anos, entre os quais se contam, além de Rodrigo Simões, Maurício Abreu, Ana Clara Torres Ribeiro, Bertha Becker e Brasilmar Nunes, que seguem vivos em nossa memória, em nossas práticas, aulas e pesquisas.

Triste, também, pelo momento em que vivemos, um momento marcado por mais um golpe contra a democracia e o Estado de Direito, que nos pôs lado a lado com o Paraguai, Honduras, Argentina e Turquia, em consonância com a intensificação e expansão de um movimento global conservador, que se manifesta hoje em vários países. Movimento conservador que ganha força e uma escala cada vez mais global com o voto pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia (BREXIT), ao qual veio se somar a recente vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Movimento esse que assume diferentes formas em distintos lugares, por vezes com características fascistas, que se vale do poder da mídia das grandes corporações e de mobilizações de setores de classe média para legitimar o estado de exceção. Uma vez que o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff consistiu de um julgamento político conduzido, com chancela jurídico-legal, por um parlamento comprometido em sua maioria com processos de corrupção. Todo processo evidenciou não só o farisaísmo que permeia as instituições legais e políticas em nosso país, mas também expôs de forma brutal e crua o conflito de interesses que permeia a sociedade brasileira contemporânea, o caráter promíscuo de suas elites e de seus representantes com os interesses espúrios internacionais hegemônicos, bem como a falta de compromisso e de consciência social e política dos representantes políticos eleitos. Os quais, mal se consumou o impedimento, deram início, agora sim, à pilhagem e ao esquiteamento das riquezas da nação.

Ao mesmo tempo, que o coronelismo, patrimonialismo e arcaísmo das oligarquias ressurgem e se expõem com toda sua virulência, põem a nu a crescente crise de sociabilidade contemporânea. Crise essa marcada por uma crescente alienação das diferenças sociais gritantes que marcam nossa sociedade, pelo desprezo ao outro e ao diferente. Uma sociedade onde o império da mídia contribuiu, e segue contribuindo, para converter cidadãos em consumidores, globotomizando corações e mentes com

abordagens viciadas, enviesadas, que naturalizam a exploração, criminalizam a pobreza, as minorias, invisibilizam as injustiças e que buscam aniquilar os direitos e conquistas sociais dos últimos anos.

Triste, ainda mais, por perceber a alienação social inclusive daqueles, assalariados e pequenos empresários, que se beneficiaram e cresceram com base nas conquistas e políticas sociais implementadas nos últimos anos. Políticas que também contribuíram para que muitos saíssem da fome e dos limiares da miséria, para que muitos outros também pudessem concretizar sonhos de ascensão social ao terem acesso à formação profissional de Ensino Técnico e Superior. Alienação social que se manifesta no apoio a posições fascistas, que se valem da identificação dos dominados com os ideais hegemônicos de seus dominadores.

Atravessamos uma severa crise política e de representatividade, a reforma política ficou por fazer na Constituinte de 1988, agora sentimos seus efeitos. Seguimos em um sistema político representativo viciado, eleitoreiro, herdado de quase um quarto de século de ditadura. Os partidos políticos converteram-se em números, o compromisso com programas e ideais partidários inexistente, a não ser por algumas raras exceções... O que me faz recordar de uma charge das cobras do Luís Fernando Veríssimo, quando um extraterrestre, ao sair de sua nave, solicita às cobras ser levado a seu líder, ao que estas retrucam: Serve jogador de futebol? Cantor de música popular brasileira?

Cabe à esquerda uma autocrítica, pois, como diz Jessé de Souza, o Partido dos Trabalhadores (PT) e, junto com ele, boa parte das esquerdas se perderam ao se deixarem colonizar pela ideologia liberal, seduzidas pela aparente emergência de uma ilusória nova classe média. Esqueceram-se de mostrar a essa “classe média emergente” que na raiz do aumento de seu poder aquisitivo, de seus ganhos sociais em termos de acessibilidade à educação, bens e serviços, estava a ampliação das conquistas sociais, das políticas inclusivas, secundadas pela vontade política do governo em exercício para que isso acontecesse.

Para que isso ocorresse, era necessário entrar em confronto com as elites e com a mídia, que conseguem cooptar, em nome de um pseudo-interesse geral, as classes médias e levá-las para a rua para lutar inclusive contra os seus próprios interesses.

Encontramo-nos em uma encruzilhada em que se defrontam os movimentos sociais democráticos e as tendências fascistas. Adentramos, agora, em um processo neocolonial, pois o neoliberalismo com seu furor privatizador em países como o nosso nada mais é do que um meio, uma desculpa, para legitimar a subordinação dos interesses nacionais a interesses predatórios de diferentes capitais internacionais, para violentar a soberania nacional e a soberania popular. Essa aliança de interesses espúrios abre caminho para o ímpeto neocolonizador, e porque não dizer neocivilizatório, em termos de satisfazer aos anseios latentes de consumo da classe média de transformar-nos em uma Miami tropical, em uma bolha de consumo rodeada de miséria. Coloca-se, assim, em risco as conquistas democráticas e sociais, os avanços em termos do desenvolvimento regional e da inserção internacional do Brasil. Coloca-se em risco as riquezas nacionais, a água, o petróleo, a extração mineral, com o seu leilão a preços de fim de feira. Coloca-se em risco a produção de conhecimento, com cortes na educação, ciência e tecnologia, com propostas de “escola sem partido”. Coloca-se em risco o caráter laico do Estado, com a crescente promiscuidade entre religião e política. Afinal, que país é esse que extingue e recria o Ministério da Cultura, que une o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações e mantém um Ministério dos Esportes?

Estamos em um momento em que, aparentemente, o sonho acabou. A sensação do que sentimos encontra eco no poema de Carlos Drummond de Andrade “E agora José?”. Poema que se encerra com estes versos: “Sozinho no escuro/ qual bicho-do-mato,/ sem teogonia,/ sem parede nua/ para se encostar,/ sem cavalo preto/ que fuja a galope,/ você marcha, José!/ José, para onde?”

Para onde? E a resposta surge de nossas memórias, do resgate de mobilizações, de heranças boas de um passado de lutas, que ressurgem com a mesma força e atualidade, que tinham durante a ditadura militar, como é o caso da música “Apesar de Você”, de Chico Buarque de Hollanda, da qual devemos

mentalizar seu refrão com todas nossas forças: “Amanhã há de ser um outro dia!”, pois a luta por uma outra sociedade mais democrática e igualitária continua e demanda para sua construção um outro espaço, outras práticas e para isso é necessário um outro planejamento. Um planejamento que ultrapasse as barreiras disciplinares e tecnocráticas, que vá além, muito além dos interesses hegemônicos, corporativos e do mercado. Pois o planejamento é muito importante para ficar apenas aos cuidados de técnicos e submetido exclusivamente à direção e desejos de arquitetos urbanistas, que buscam assegurar a sua reserva de mercado.

Em um momento, em que os destinos do país, das cidades e do campo, passam a ser discutidos por ex-ministros da ditadura, como João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do governo do General Emílio Garrastazu Médici, responsável pela conferência “O Brasil que queremos”, proferida no encerramento do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrocinado por grandes bancos, confederações de empresários e instituições ligadas ao mercado de capitais¹. Um momento, em que enfrentamos uma crise de representatividade política, assim como de busca de formas alternativas de luta e de atuação para criar uma outra sociedade, uma outra cidade, um outro espaço, a conferência de **Faranak MirafTAB** “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, bem como os oito artigos, selecionados dentre os mais de quarenta submetidos, que compõem o tema da chamada para esse número da revista **Além do planejamento e do urbanismo: em busca de um espaço diferencial** vão ao encontro dessa situação que ora enfrentamos, onde a esperança de um outro amanhã, mais justo e igualitário se faz necessária.

Faranak MirafTAB chama a atenção para a necessidade de descolonizarmos o futuro, de desenvolvermos a imaginação no planejamento. Um planejamento que, em suas palavras, não requer planos (*blueprint planning*).

Visão que compartilhamos, por entender que o planejamento não pode ficar restrito tão somente ao domínio das pranchetas e de propostas urbanísticas, nem subordinado aos interesses de mercado e a uma visão corporativa que procura defender uma área de atuação profissional. Isto por que concebemos o planejamento como algo mais, algo que vai além do desenho, embora dele possa se beneficiar. Pois,

[...] para avançar para um outro planejamento, para ir além dos planos e projetos, faz-se mister uma compreensão mais ampla do planejamento e, em particular, do planejamento urbano, enquanto parte da produção social pública do espaço, que permita apreender a natureza política das práticas espaciais do Estado, o seu papel na modernização dos estados nacionais e a sua inseparabilidade dos processos espaciais concretos².

Esta chamada de artigos serviu, assim, para retomar o debate iniciado em números anteriores da Revista, conforme detalhamos adiante, e para abrir uma senda de discussões sobre o planejamento e sobre as alternativas de intervenção e de ação social na perspectiva de produção de uma outra cidade e de uma outra sociedade mais equânimes, que despontam desafiando o *status quo*. Portanto, este número temático da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* acolheu artigos que se propunham a refletir sobre a relação e/ou diferenciação entre os campos do conhecimento do planejamento e do urbanismo, bem como sobre práticas alternativas de intervenção social no espaço urbano, em que se incluem aquelas protagonizadas pelos habitantes da cidade, especialmente aqueles supostamente mais vulneráveis, que implementam ações diretas no espaço urbano, com propostas que vão ao encontro de suas necessidades e de encontro às necessidades da acumulação. Iniciativas que se antepõem à ditadura do tempo cada vez mais rápido do capital, que contam com o engajamento daqueles que se colocam na perspectiva de construção de uma sociedade urbana mais justa, ou seja, de um espaço diferencial.

¹ Disponível em: <<http://www.inae.org.br/patrocinadores/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

² LIMONAD, E. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

Segue-se à conferência de Faranak Miraftab, o dossiê temático composto por oito artigos, selecionados, dentre os mais de quarenta manuscritos que atenderam a essa chamada. O dossiê se inicia com o instigante artigo “O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira”, de **Jeroen Johanek Klink, Sandra Momm, Silvana Zioni, Arilson Favareto e Mariana Mencio**, um coletivo de docentes da Universidade Federal do ABC, que traz consigo o desafio de abrigar o primeiro curso de bacharelado em Planejamento Territorial do país. O artigo chama a atenção, como o seu próprio título assinala, para urgência de se refletir sobre uma agenda nacional em torno do planejamento. Resgata e coloca ser imperativo se retomar o debate iniciado há anos, por Philip Gunn³, Ana Clara Torres Ribeiro⁴, resgatado em 2008 por Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro⁵, no âmbito dos Seminários de Ensino e Pesquisa e Extensão em Planejamento Urbano e Regional, a que se somam as contribuições mais recentes de Rainer Randolph⁶ e de João Rovatti⁷. O artigo, além de retomar o debate de uma agenda para o planejamento, busca refletir de que forma “[...] transformações no período pós-1970 produziram novas competências e habilidades para o planejamento do espaço e dos territórios que transbordam a formação tradicional” (p. 382-383) no âmbito do urbanismo, que demandam e implicam na formação e qualificação de outros profissionais.

Na sequência, o artigo “Planificación urbana capitalista: apuntes para una reflexión crítica a la producción social del espacio”, de **Jorge Mario Carmona Vanegas**, trata da importância do planejamento urbano como um “mecanismo necessário e estratégico para a construção de um modo de produção capitalista” (p. 393, tradução nossa), bem como questiona o caráter ideológico da intenção precípua do planejamento em estabelecer uma ordem em uma ilusória desordem, que se manifesta também em outros países da América Latina.

Fernanda Sánchez, Fabrício Leal de Oliveira e Poliana Gonçalves Monteiro, em “Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space”, abordam o espaço conflitual e as formas de resistência de que os moradores da Vila Autódromo se valem para impedir o avanço do capital, reinventando seu espaço para inscrevê-lo na esfera pública. Em uma perspectiva similar, temos o artigo de **Natália Lelis**, “Ocupações urbanas: a poética territorial da política”, que aborda as ocupações urbanas enquanto um microcosmo do embate entre forças homogeneizantes e capacidades diferenciais, que desafiam as práticas consolidadas e demandam outros olhares, à medida que evidenciam as contradições latentes entre a prática profissional e as práticas espaciais dos moradores das ocupações.

Soma-se, ainda a estes artigos, o de **María Mercedes Cardoso**, “Proyección de um espacio diferencial a partir de la rehabilitación urbana y la participación social: el caso del centro cultural la Redonda y Parque Federal, Santa Fé, Argentina”, em que a autora reflete sobre as práticas urbanísticas associadas à reabilitação de edifícios e áreas deterioradas, questionando, a partir do caso em pauta, se estas práticas constituiriam uma proposta visando a apropriação social com um potencial de engendrar um espaço diferencial, ou mais uma estratégia de mercantilização de uma área da cidade.

A partir da compreensão de que o lúdico é parte da natureza humana, que tende a ser inibido na vida cotidiana pela imposição da racionalidade do pensamento único, **Jana Miranda Mendes Lopes**, com seu artigo “Das instalações de balanços nos espaços públicos: o que elas podem nos revelar sobre

³ GUNN, P. Retratando os avaliados nas áreas básicas da Capes em 2001: a pesquisa nos programas brasileiros de pós-graduação segundo uma “área ANPUR”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 45-61, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p45>

⁴ RIBEIRO, A. C. T. O ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n. 1/2, p. 63-72, maio/nov. 2002. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2002v4n1-2p63>

⁵ PIQUET, R. P.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, maio 2010. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n1p49>

⁶ RANDOLPH, R. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 11-31, maio 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>

⁷ ROVATI, J. Urbanismo versus Planejamento Urbano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 33-58, maio 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p33>

a produção das cidades contemporâneas?” trata de mostrar que as instalações de balanços nos espaços públicos têm por base propostas de diferentes agentes. Sua investigação dos balanços leva a lugares surpreendentes e mostra como uma ideia simples posta em prática, contribui para produções singulares e heterogêneas da cidade, com formas diversas de apropriação social.

Encerram o dossiê e a presente edição da Revista, os artigos de **Frederico Canuto** “Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte-para-a-guerra: da política ao político e vice-versa”, e de **Rodrigo Castriota**, “Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade”, que embora tratem de assuntos diversos, se coadunam com a chamada do dossiê. Frederico Canuto, ao discutir o conceito de festa como campo de produção de novas formas de viver na cidade, vai ao encontro dos demais artigos do dossiê ao mostrar que a festa contribui para produzir outras espacialidades, que servem para contaminar e produzir novas multiplicidades. Rodrigo Castriota, por sua vez, vai mais além, ao fazer um rico resgate da discussão atual sobre a urbanização planetária, com base na leitura de diversos autores que buscam contribuir para uma nova epistemologia do urbano na perspectiva de se pensar um espaço diferencial.

Enfim, os artigos que compõem este número da Revista enfocam tópicos diversos, que em seu conjunto contribuem para avançar um pouco do estado da arte dos estudos relativos à tensão entre planejamento e urbanismo, bem como em relação a formas alternativas de apropriação, intervenção e transformação do espaço social, que perpassam desde questões relativas ao ensino e prática do campo de planejamento urbano e da disciplina de urbanismo, desde ações e intervenções de coletivos e movimentos sociais para produzir um outro espaço, que com isso contribuem para produzir novos saberes, até iniciativas lúdicas e minimalistas de intervenção como os balanços. Aos quais se somam o papel da festa e da urbanização planetária, que contribuem para dar o tom do atual caráter do urbano. Esperamos que esses artigos sirvam para inspirar a reflexão dos leitores, bem como questionamentos que deem continuidade a esse debate.

Boa leitura!

Ester Limonad

*Editora Convidada do Dossiê Temático – Universidade Federal Fluminense,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, RJ, Brasil*